

GOVERNO MUNICIPAL DE MARACANAÚ PROGRAMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Número de Atendimento: 25.05.0564.001.00014-301

Reclamante: Antônio Valdemir Da Silva Gonçalves, CNPJ/CPF: 859.197.303-82, Endereço: Rua Alvino Jorge

da Silva, nº 45, Bairro: Antônio Justa, Cidade: Maracanaú - CE, CEP: 61.903-190.

Procuradora: Elaine Cristina Rodrigues Gonçalves, CPF: 940.291.993-72, Telefone: (85) 98789-1221.

Reclamada: Assurant Seguradora S.A, **CNPJ:** 03.823.704/0001-52, **Endereço:** Alameda Rio Negro, **Nº** 585 (Edificio Demini, Bloco C, 5º andar, Conjunto 52, Parte), **Bairro:** Alphaville Centro Industrial e Empresarial/Alphaville, **Cidade:** Barueri−SP, **CEP:** 06.454-000.

Aos 09 de junho de 2025 às 10h30, na sala de audiência do Procon Municipal de Maracanaú, Órgão da Prefeitura Municipal de Maracanaú, perante o conciliador **Antonio José De Vasconcelos Silva**, compareceram a procuradora da parte reclamante acima qualificada, e o preposto da parte reclamada com presença virtual, o sr. Mikael José Nascimento Alves, inscrito no CPF de nº 054.530.883-62.

Aberta a audiência e facultada a palavra a procuradora da parte reclamante, esta reitera os termos da inicial deste processo administrativo, informando que o produto objeto desta lide, trata-se de um colchão de casal, que o técnico enviado presencialmente realizou a verificação do vício no centro do colchão, mas o vício que se encontra fora dos padrões, está próximo as laterais do produto, onde o reclamante e a procuradora (esposa) realmente dorme, e esta situação está prejudicando a saúde de ambos.

Facultada a palavra ao preposto da empresa reclamada, este reitera os termos da defesa administrativa juntada aos autos

DO CONCILIADOR:

A audiência LOGROU ÊXITO, pois tanto a procuradora da parte reclamante quanto o preposto da empresa reclamada fizeram-se presentes a esta audiência de conciliação.

Durante ato, o preposto da parte reclamada apresentou esclarecimentos a respeito da demanda da parte autora, não ofertando proposta de acordo.

No entanto, diante das novas informações apresentadas neste ato pela procuradora da parte autora de que a análise técnica realizada pelo colaborador da reclamada se deu no local diverso do vício informado, foi sugerido a remarcação de nova audiência para que a empresa reclamada realize nova análise técnica no local de fato onde o produto apresentou vício, tendo as partes concordado.

Ante o exposto, redesigno nova audiência de conciliação para o <u>dia 08 de julho de 2025 às 09h00</u>, ficando desde já notificadas as partes para se fazerem presentes a audiência vindoura.

Nada mais para constar no momento, encerra-se este ato, assinando o presente termo de audiência o conciliador, a procuradora da parte reclamante e o preposto da parte reclamada.

Cloune

